

João Pessoa - Número Três - Dezembro de 2001

Formas de controle¹

Cristiano Guedes de Souza

*Graduando em Serviço Social
pela Universidade de Brasília*

"... eis uma maçã ...

Nós temos duas maneiras de estudá-la: do ponto de vista metafísico e do ponto de vista dialético. No primeiro caso (de acordo com a metafísica), nós faremos uma descrição dessa fruta: sua forma, sua cor, enumeraremos suas propriedades, falaremos de seu gosto, etc. Depois, poderemos comparar a maçã com uma pêra, ver suas semelhanças e suas diferenças e, enfim, concluir: uma maçã é uma maçã e uma pêra é uma pêra.

Mas, se nós quisermos estudar a maçã do ponto de vista dialético, nós nos colocaremos na perspectiva do movimento (mas não daquele movimento quando ela rola e se desloca), mas do movimento de sua evolução. Nós constataremos que a maçã madura não foi sempre o que ela é; anteriormente ela era uma maçã verde. Antes de ser uma maçã verde ela era uma flor; antes de ser uma flor, era um broto e, assim, nós chegaremos à macieira na primavera. Enfim, a maçã não foi e tampouco permanecerá sempre o que é. Ela tem uma história.

Eis o que se chama estudar as coisas do ponto de vista do movimento: é o estudo na perspectiva do passado e do futuro. Estudando assim esta maçã, o presente será visto como uma transição entre o que ela era (o passado) e o que ela virá a ser (o futuro) ..."

George Politzer.

Identificar os modos distintos como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber enxergaram as relações de dominação que os homens produzem entre si – constitui-se no propósito deste trabalho.

Destacam-se na obra de Durkheim as características atribuídas ao fato social – a externalidade, que implica a independência (e auto suficiência) do fato social em relação às consciências individuais, e a coercitividade, uma vez que condiciona a vida das pessoas (apesar do conflito que existe entre a individualidade e as imposições coletivas). Trata-se o homem como portador de uma pseudo-autonomia. O fato social, na sua definição, expressa a coerção que o meio exerce sobre os "*indivíduos perfeitamente inofensivos na maior parte do tempo*" (Durkheim, 1995: 05) .

Émile Durkheim propõe a passagem de uma sociedade mecânica – na qual o indivíduo tem sua individualidade anulada em relação a coletividade, ocasionando uma dependência que torna o homem um objeto à disposição da sociedade – para uma sociedade orgânica – onde no exercício da prática comum, resultante da especialização do trabalho, os indivíduos conscientes de seu papel (função) recebem usos e práticas legitimados pelo grupo (corporação) a que pertencem e deste modo há um jugo menor tendo em vista o espaço disponível às partes (esfera de ação própria, as personalidades). A presença da matriz positivista é claramente observada na forma idealizada como o cenário social é colocado, restando ao indivíduo adequar-se ao meio.

A moral de fato é o principal modo de controle (domínio) identificado na sociedade da perspectiva de Durkheim. Esta moral é algo bom, pois assegura o funcionamento do todo social, e obrigatório já que imprime nas consciências individuais comportamentos vitais à existência em sociedade. Sendo assim, as anomias (ausência de solidariedade) que instabilizam temporariamente a sociedade necessitam da criação de uma nova moral, resultante das corporações de ofício e que legitimada por determinado grupo de operários, por exemplo, fortalece a

solidariedade comum pois vai de encontro às particularidades existentes no cenário social. As novas morais que surgem contam com a adesão dos indivíduos, independente de suas particularidades, pois demonstram-se adequadas ao desafio de manter a funcionalidade do organismo social. Trata-se de uma perspectiva autoritária uma vez que impõe condições em prol do bem comum, ou seja, condições que viabilizam a vida em sociedade apesar das individualidades identificadas entre os atores sociais.

Ao contrário de Émile Durkheim, o homem está inserido em relações contraditórias presentes na conflituosa sociedade – segundo Karl Marx. Os conflitos que permeiam a sociedade resultam do processo de produção onde aqueles que detêm os meios de produção se impõe através da ideologia.

A divisão do trabalho promove no interior da sociedade o seu aspecto heterogêneo caracterizado pelas relações estabelecidas entre grupos que submetem ou são submetidos em prol do processo de produção que visa atender à coletividade social. O modo como se desenvolve esse processo de produção material ocasiona a valorização da acumulação do produto (fonte de capital) em detrimento da qualidade de vida para todos (burgueses e proletários).

Não se restringindo mais ao atendimento das necessidades básicas (alimentação, moradia e vestuário) o processo de produção torna-se um meio de se adquirir poder numa sociedade onde aqueles que detêm os meios de produção são beneficiados. Uma vez que possuem a propriedade e impõe à maioria proletária um estado de servidão exagerada que assegura uma precária sobrevivência.

Marx destaca que a mercadoria (fruto da produção), objeto necessário à vida humana, comporta um duplo valor: o "valor de uso" e o "valor de troca". O "valor de uso" implica a funcionalidade, o objetivo, a necessidade particular que a mercadoria visa atender. Já o "valor de troca" corresponde à quantidade de trabalho objetivado (força humana gasta na produção) bem como ao tempo de trabalho dispensado na produção da mercadoria.

As relações, provenientes da produção de mercadorias, instabilizam a sociedade devido a estrutura de classes marcadas pelas divergências através das quais o proletário se conscientizará da situação social na qual se encontra.

Nesse processo de conscientização identifica-se a ideologia dominante (disciplina de fábrica e a inderrogável necessidade de vender a força de trabalho, por exemplo) – meio através do qual a organização capitalista se impõe. Esta coerção também traz consigo a alienação, eficaz na passividade do processo de geração de lucros em função do capital mas, também, importante força propulsora da classe proletária no instante em que esta identifica a forma alienante como estava sendo conduzida e revolta-se.

A revolução social é o instante no qual as forças produtivas se rebelam contra as modernas relações de produção. O homem, na perspectiva marxista, possui a capacidade de atuar no meio transformando-o segundo as suas necessidades. Não se verifica, portanto, a valorização (positivismo funcionalista) de adequar-se ao meio, mas é proposto a transformação do cenário onde se dá a correlação de forças.

A promoção da revolução só é possível a partir do momento que o proletário consegue visualizar a ideologia latente a qual lhe impõe uma condição de vida desfavorável.

As ideologias – instrumentos de dominação – surgem da vida real, sendo

construídas e desconstruídas a partir das relações sociais – instáveis, dinâmicas e vulneráveis às mudanças. Sendo assim o proletário não deve se ater (aceitar passivamente, submeter-se) às condições dadas, mas atuar na realidade de modo a construir um ambiente viável à reprodução de consciências em torno do bem comum: a abolição da propriedade privada (originadora dos males sociais).

A prática política da revolução só é possível quando as falsas consciências, engendradas pelas ideologias que visam à manutenção do sistema em vigor, são questionadas utilizando-se para isso de uma interpretação dialética da realidade na qual se inserem.

Lançando novos olhares sobre a sociedade industrial o proletário identifica a correlação de forças presente no meio e as possibilidades de mudanças que trarão um novo padrão de vida. Marx sintetiza a análise materialista na seguinte afirmação: *"Na realidade para o materialista prático, isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e de transformar praticamente o estado de coisas que ele encontrou"* (Marx, 1998: 42). Portanto, as formas de dominação para Karl Marx não são legítimas, mas vulneráveis à transformação em função da coletividade.

Ao contrário de Durkheim e de Marx que restringem a análise das relações de dominação a alguns aspectos, Max Weber através de um estudo complexo sobre o assunto possibilita a compreensão do surgimento e desenvolvimento do domínio que os homens impõe e submetem-se quando em sociedade.

Weber destaca que as formas de dominação, caracterizadas pela violência considerada legítima, ocorrem através de três vertentes básicas: domínio tradicional, domínio carismático e domínio racional-legal.

O domínio tradicional é apresentado, segundo a perspectiva weberiana como sendo *"a autoridade do 'ontem eterno', isto é dos mores santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo. É o domínio 'tradicional' exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora"* (Weber, 1982: 99).

Essa forma de dominação, estabelecida a partir do controle dos bens de produção, impõe uma relação de dependência a qual os indivíduos submetem-se visando à sobrevivência como destacou Karl Marx na **Crítica da Economia Política** (Marx, 1982). A situação na qual um assalariado, por exemplo, se encontra assegurará ao empresário capitalista o apoio (obediência) necessário à administração exercida através da autoridade. A obediência às imposições ocorre, portanto, segundo Weber, devido a "recompensa material" (salários para o servidor público ou subsistência, ainda que precária, no caso do escravo) e a "honoraria social" (a homenagem do Estado ao militar condecorado é um exemplo).

A empatia exercida por determinados indivíduos no cenário social resulta na autoridade da qual são revestidos. Trata-se, segundo Weber:

"do dom da graça (carisma) extraordinário e pessoal, a dedicação absolutamente pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual. É o domínio 'carismático', exercido pelo profeta ou – no campo da política – pelo senhor de guerra eleito, pelo governo plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político." (1982:99)

Possuir "dons específicos" adequados às inquietações (espirituais, emocionais) condicionantes do bem-estar social da coletividade outorga autoridade ao líder carismático que passa a merecer obediência com vistas ao cumprimento da missão

sob sua responsabilidade. Deste modo o líder carismático é portador de um domínio que lhe é concedido a partir da capacidade, corroborada pela realidade, de que é capaz (tem qualificação) de atingir as metas (a "missão") existentes. Esta autoridade adquirida é continuamente testada, cabe ao líder carismático provar "*sua força na vida*" (Weber,1982: 287) e, conseqüente, capacidade de vencer.

Este tipo de dominação não está, necessariamente, vinculando a obtenção da autoridade à laços de dependência provenientes da concessão de bens materiais uma vez que, freqüentemente, "*o carisma, deliberadamente, abstêm-se da posse de dinheiro e de renda pecuniária per se, como São Francisco e muitos semelhantes a ele; mas tal não é, decerto, a regra*" (Weber,1982: 285). Esta dominação não se baseia na lógica que o meio externo coloca mas resulta de um dote pessoal (por vezes transcendental) – algo exclusivo que basta para alcançar o respeito necessário à dominação.

Imposta através de "regras, meios, fins e objetivos" (Weber,1982: 282), o domínio racional-legal conquista o seu espaço, principalmente, no Estado. Constitui-se no

"domínio em virtude da 'legalidade', em virtude da fé na validade do estatuto legal e da 'competência' funcional, baseada em regras racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno 'servidor do Estado' e por todos os portadores do poder que, sob esse aspecto, a ele se assemelham." (Weber,1982: 99)

Verifica-se, o domínio racional, na burocracia que visando atingir objetivos preestabelecidos condiciona o meio de tal forma que o êxito se dê satisfatoriamente.

A burocracia resulta do sistema capitalista no qual há a racionalização das transações econômicas com vistas à organização do meio para que os objetivos sejam atingidos eficientemente. Trata-se de um modelo legitimado pois: a burocracia possui as diretrizes supostamente ideais ao bem comum; há previsibilidade considerável quanto aos resultados desde que as regras sejam assimiladas e obedecidas; e a eficiência do modelo gera resistência às mudanças o que implica a imersão do funcionário público, por exemplo, dentro deste modelo ao qual além de seguir, também valorizará e defenderá como se observa de forma latente no discurso de muitos sindicatos representantes dos servidores públicos.

As reflexões investigativas de Max Weber comportam as contribuições de Karl Marx e Émile Durkheim quanto as relações de dominação que permeiam a sociedade; possibilitando, assim, apreender melhor o meio no qual o homem está inserido e que condiciona a sua vida. Segundo Weber, a existência de dominados e de dominadores é possível em virtude de duas forças, identificadas em todas as formas de dominação manifestas: o "medo" e a "esperança" (Weber:1982).

Referências Bibliográficas

- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
_____. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
_____. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril, 1982.
_____. **Do capital - Livro I – Parte Primeira**. São Paulo: Abril, 1982.
_____. **O manifesto comunista**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- POLITZER, George. "*A História da Maçã*". In: FUSTIGA, Michel. **Pratique de la Dialectique**. Paris: ESF/ Fibriries Techniques, 1980, p.27.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

Nota

1) Texto produzido para atender as exigências da disciplina "Teoria Sociológica I".